

REFLEXÕES SOBRE BUROCRACIA E DOCUMENTOS: APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira

Professora adjunta da Escola de Ciências Sociais/CPDOC da FGV.

E-mail: leticia-carvalho@gmail.com

Larissa Nadai

Aluna de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP).

E-mail: larissa_unicamp@yahoo.com.br

O presente dossiê reúne artigos que tomam como objeto de reflexão práticas de documentação e artefatos documentais produzidos e/ou arquivados em diferentes instâncias de burocracias estatais. Resultado do grupo de trabalho “Antropologia, burocracia e documentos”, realizado no IV Encontro Nacional de Antropologia do Direito (ENADIR), em agosto de 2015, na Universidade de São Paulo (USP), o volume apresenta importantes reflexões acerca dos modos pelos quais documentos diversos - como processos judiciais, inquéritos policiais, laudos periciais, relatórios e ofícios - são produzidos, transacionados e arquivados em e através de burocracias, constituindo as tramas pelas quais órgãos, decisões e políticas públicas ganham sentido e visibilidade na vida social. Os artigos aqui compilados contribuem, assim, para diversos campos e debates interdisciplinares no âmbito das Ciências Sociais, e em especial para a interface entre Sociologia e Direito, foco da Revista Confluências.

Como o leitor notará, os trabalhos que compõem o dossiê colocam em diálogo resultados de pesquisas que encaram documentos não só como uma via de acesso às instituições onde circulam, mas também como artefatos que carregam, em sua materialidade, forma e conteúdo, inúmeras modalidades de controle administrativo. Ademais, os artigos abordam as capacidades que tais artefatos demonstram, por vezes

de forma incerta e inesperada, de produzir sujeitos, afetos, conflitos e modos de sociabilidade institucional, acompanhando debates e reflexões que, com fôlego renovado, têm mobilizado pesquisadores dedicados ao estudo de burocracias e documentos, notadamente no campo da antropologia. (cf. Navarro-Yashin, 2007; Muzzopappa e Villata, 2011; Hull, 2012; Gupta, 2012).

Reflexões antropológicas acerca da administração judicial e policial de diferentes situações e conflitos há muito têm chamado atenção para os efeitos definitivos que classificações, avaliações e decisões registradas em documentos confeccionados e/ou arquivados por funcionários de diferentes instituições burocráticas provocam nas vidas dos sujeitos a que se referem. Nesse sentido, o trabalho de Sergio Carrara (1998) é referência obrigatória e inspiração àqueles preocupados em etnografar “aldeias-arquivos” áridas e inóspitas a iniciantes “em apuros”. A pesquisa minuciosa realizada pelo autor junto ao Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro foi pioneira no que tange a possibilidade de se conjugar itinerários etnográficos a arquivos e documentos (prontuários, textos médicos e jurídicos e/ou pareceres e laudos periciais) arquivados (ou não) nessa instituição. Já no campo dos estudos antropológicos sobre administração judicial de conflitos envolvendo crianças e adolescentes, por exemplo, os trabalhos de Vianna (1999; 2002) e

Lugones (2012) são do mesmo modo exemplares. No âmbito de instituições que lidam com conflitos dessa ordem, as interações entre operadores do direito, policiais, assistentes sociais, familiares e, algumas vezes, os próprios meninos e meninas em causa, revelam que o que fica (ou não) registrado em documentos desempenha papel central na gestão de conflitos e nos destinos de crianças e adolescentes.

Mais recentemente, muitas etnografias também têm dado atenção à produção e ao acionamento de documentos pelos diferentes sujeitos e coletividades que apresentam demandas e disputam visões e decisões com agentes e agências estatais. Cartas “pessoais” utilizadas como instrumentos de identificação e comprovação de relações familiares em contextos prisionais (Padovani, 2013); laudos periciais reinterpretados e acionados por movimentos de familiares para disputar versões em torno de crimes contra a vida (Farias, 2014); inquéritos policiais confeccionados por delegadas e escritãs com vistas a diferenciar, atestar, oficializar e convencionar os estu-
pros que chegam a essas repartições policiais (Nadai, 2012); documentos e investigações policiais e papéis e procedimentos legislativos que produzem, em diferentes planos, a pedofilia como infração criminal e problema moral (Lowenkron, 2015); “a experiência marcante” de crianças abrigadas de en-

trar em contato, já na vida adulta, com documentos e prontuários produzidos a seu respeito (Schritzmeyer, 2014); ou, ainda, o uso de bilhetes, cartões e fotografias para disputar parâmetros morais a partir dos quais famílias são avaliadas em instituições do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes (Ferreira, 2015) são apenas alguns exemplos de trabalhos bastante recentes que caminham nessa direção.

Em suma, antropólogos dedicados a campos de pesquisa variados, notadamente a antropologia do direito e a antropologia das práticas de poder, têm explorado o potencial analítico da lida com registros escritos variados e encarado esses documentos como “artefatos etnográficos” (Hull, 2012; Lowenkron e Ferreira, 2014), superando a tendência de produzir análises apenas sobre o que supostamente pode ser visto através deles. Nesse movimento, importantes discussões em torno dos usos e efeitos da escrita (Gupta, 2012), bem como da presença emblemática e incontornável dos arquivos em instituições burocráticas (Riles, 2006) vêm sendo produzidas a partir de etnografias diversas. Foi no bojo dessas discussões que surgiu a proposta do GT que primeiro reuniu os autores dos artigos compilados nesse dossiê, e são elas que ganham densidade, aprofundamento e contundentes contribuições a partir das pesquisas empíricas neles apresentadas.

Nesse sentido, ao etnografar os mais diversos papéis por meio de suas grafias,

estéticas, conteúdos, circulações e efeitos, os autores aqui reunidos dão atenção aos documentos e aos sentidos e engajamentos levados a cabo pelo ato de documentar - forjar, atestar, oficializar e portar uma documentação. (Vianna, 2014). Como argumenta Peirano (2006), diante dos papéis legais que “infernizam” a vida dos cidadãos, os documentos são, ao mesmo tempo, tanto aquilo que torna um indivíduo único e particular – ou seja, atribui a ele uma identidade – quanto um tipo específico de técnica de controle e legibilidade por meio da qual o Estado pode, enfim, contar, somar e agregar indivíduos numa dada população. Vistos por esse ângulo, os textos iluminam os efeitos de prova e modos de governo de corpos, indivíduos e populações acionados por diversos documentos, visando constituir a verdade de sujeitos e de processos jurídicos, judiciários e/ou policiais nos quais figuram como personagens transexuais, presas, moradores de favela, loucos, antropólogos, cadáveres idosos ou “de rua” e assassinos.

Os autos processuais que dão carne à biografia judiciária de Maura Lopes Cançado e podem ser lançados contra a autobiografia tramada e publicada pela ré, conforme mostra o trabalho Maria Luisa Scaramella. Os laudos cadavéricos oficiais e/ou ad hoc e as denúncias realizadas pelo Ministério Público no caso de execuções perpetradas por policiais militares em favelas no Rio de Janeiro, objeto de reflexão no texto de Juliana Farias. Os laudos

cadavéricos, boletins de ocorrência e laudos de perícia no local nos quais casos de “mortes de rua” são produzidos de forma opaca como “mortes na rua”, conforme argumentam Rosemeire Barbosa da Silva e Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo. O tempo gestado por meio e através de inquéritos policiais, laudos cadavéricos e processos penais que condenam o Maníaco Matador de Velhinhas e documentam a morte e o crime perpetrado contra “senhoras” idosas como Dona Rosa, Dália, Camélia, Margarida e Violeta, personagens do artigo de Cilmaria Veiga. Os procedimentos de avaliação e documentação que concedem o “direito a ter direitos” a transexuais que buscam a alteração de seus registros civis através de um serviço oferecido pelo Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (NUDIVERSIS) da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE-RJ), analisados no artigo de Lucas Freire. E ainda as tramas que transfiguram a antropóloga Natália Corazza Padovani em “Indiana Jones” e suas competências acadêmicas em instrumento por meio do qual um documento de sanidade mental e, não menos importante, o caderno de campo da antropóloga possa ser agenciado por certas presas em contextos, eles mesmos inesperados e imprevisíveis de interação. Esses são algumas das cenas etnográficas com as quais o leitor irá se aventurar ao seguir às páginas desse dossiê.

Ao se debruçarem sobre temas e objetos empíricos tão variados, os autores desse dossiê lançam luz, nos termos de

Foucault (2008), aos “regimes de veridicação”¹, colocados em operação por instâncias estatais e burocráticas das mais diversas – da polícia civil ao judiciário, da perícia médico-legal à psiquiatria forense, de organizações não governamentais a universidades públicas. Tais regimes são centrais, exatamente porque produzem formas de “governo”². (Foucault, 2008). Fabricam, por assim dizer, uma louca e uma assassina, no trabalho de Maria Luísa Scaramella; um crime, uma autoria e uma condenação, como vemos no texto de Cilmara Veiga; uma zona de tatuagem, uma execução e uma inconclusão, conforme argumenta Juliana Farias; uma morte opaca, um corpo não reclamado e um tipo de humanidade, como sustentam Rosemeire Barbosa da Silva e Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo; um sexo, um gênero e um nome, como mostra Lucas Freire; e, não obstante, produzem também, sem dúvidas, uma antropóloga, uma antropologia e uma mãe, como

deixa claro Natália Corazza Padovani.

Reunindo essa rica variedade de trabalhos, o presente dossiê busca colocar em diálogo, em suma, pesquisas que reflitam sobre os documentos produzidos, transacionados e/ou arquivados em instâncias judiciais e policiais, explorando suas diferentes dimensões e capacidades. Isto é: seu papel na produção de “provas” e verdades, sua materialidade, sua capacidade de associar pessoas ou provocar rupturas, seus possíveis efeitos de ocultamento ou exibição de assimetrias, hierarquias e autoridades, e, ainda, os afetos, agenciamentos e poderes que documentos exercem em determinados contextos. Ademais, buscamos reunir tanto etnografias das práticas de escrita que estão a serviço da consolidação do controle estatal sobre sujeitos, populações, territórios e vidas, quanto aquelas que escapam a essa prescrição e permitem que o Estado seja constantemente experimentado, construído e desconstruído mediante a ilegibilidade de suas próprias práticas e de seus documentos (Das e Poole, 2004). Esperamos que a leitura dos textos seja tão prazerosa quando foi, para nós, a organização do volume.

¹Essas reflexões foram produzidas de forma coletiva, em interlocução direta com Everton de Oliveira e culminaram em um Workshop intitulado “Sofrimento e modos de governo: como fazer etnografia em contextos formados e informados pela dor”, realizado na Universidade Estadual de Campinas, no dia 19 de novembro de 2015.

²Fazemos remissão aqui, a ideia de governo, formulada por Foucault (2008). Pelo termo governo, Foucault (2008) busca mostrar como se constituiu ao longo do século XIX uma nova governamentalidade (nova razão de Estado) que tem como pano de fundo o poder pastoral (século XV e XVII) – uma arte de conduzir, dirigir, levar, gerir, controlar e manipular os homens. Assim, por técnicas de governo devemos entender um conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permita o exercício de um tipo específico e complexo de poder, e que tem por objeto principal a população. Essa última, um conjunto de elementos sob o qual podemos depreender constantes e regularidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRARA, Sérgio. 1998. Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP.

DAS, Veena e Poole, Deborah. 2004. “State and its margins: comparative eth-

nographies”. In: Das, V.; Poole, D. (org). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: SAR Press. pp. 3-33.

FARIAS, Juliana. 2014. *Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. 2015. “Formalidades, moralidades e disputas de papel: a administração de casos de crianças desaparecidas no Rio de Janeiro”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 8,2: XX-XX. (no prelo).

FOUCAULT, Michel. 2008. *Segurança, território e população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes.

GUPTA, Akhil. 2012. *Red tape: bureaucracy, structural violence and poverty in India*. Durham and London: Duke University Press.

HULL, Matthew. 2012. “Documents and Bureaucracy”. *Annual Review of Anthropology*, 41: 251-267.

LOWENKRON, Laura. 2015. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LOWENKRON, Laura, FERREIRA, Leticia. 2014. “Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers”. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 11, 2: 75-111.

LUGONES, María Gabriela. 2012. *Obrando en autos, obrando em vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales preventivos de menores*

de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: E-Papers.

MUZZOPAPPA, Eva e VILLALTA, Carla. 2011. “Los documentos como campo: reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales”. *Revista Colombiana de Antropología* 47 (1):13-42.

NADAI, Larissa. 2012. *Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

NAVARO-YASHIN, Yael. 2007. “Make-believe papers, legal forms and the counterfeit: affective interactions between documents and people in Britain and Cyprus”. *Anthropological Theory*, 7:79-98.

PADOVANI, Natália Corazza. 2013. “Confounding Borders and Walls: Documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons”. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 10, 2: 340-376.

PEIRANO, Mariza. 2006. “De que serve um documento?”. In: Palmeira, M. e Barreira, C. (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, pp. 25-50.

RILES, Annelise. 2006. “Introduction: In Response”. In: Riles, A. (Ed.). *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press. pp. 1-38.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore.

2014. “Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários”. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal, 3 a 6 de agosto de 2014.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. 1999. O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

_____. 2002. Os limites da minoridade: responsabilidade, tutela e família em julgamento. Tese de doutorado. Museu Nacional/UFRJ.

_____. 2014. “Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais”. In: Castilho, S. R. R.; Souza e Lima, A. C. de; Teixeira, C. C. (orgs). Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj.

Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira

Professora adjunta da Escola de Ciências Sociais/CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre e doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.

Larissa Nadai

Aluna de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).